



A REPRESENTAÇÃO DA LÍNGUA INGLESA NO IMAGINÁRIO DO
PROFESSOR: CONSIDERAÇÕES SOCIOLÍNGÜÍSTICAS
(THE REPRESENTATION OF THE ENGLISH LANGUAGE IN THE IMAGINARY
OF THE TEACHER: SOCIO-LINGUISTICAL CONSIDERATIONS)

Lauro José da CUNHA (UNEMAT / PG – UNESP – Araraquara, SP)

ABSTRACT: *The aim of this paper is to call the attention to the significant space that english has occupied, firstly, in commercial names in Brazil, extending its effect in the brazilian lexicon, and then analyse its motivations and sociopolitical implications not only in portuguese language but also in classroom.*

KEYWORDS: *language; incursion; linguistic loanwords; code-mixing; socio-political implications.*

Uma reportagem recente apresentou um artigo intitulado *Susto no império americano*¹, na qual os autores fazem alusão ao cenário da explosiva prosperidade americana que fascina e preocupa o mundo, e à situação de outros países, sob o ponto de vista do desenvolvimento, de estarem ou conviverem 'sob as asas do império'. Entre os efeitos da influência do poderio americano está a influência lingüística, na qual percebemos a inclusão de palavras nos léxicos de vários países, dos quais o Brasil não é o único; dessa inclusão, algumas se classificam como empréstimos lingüísticos (*loanword / borrowing*), ou resultados de *backclipping* e, ainda, *code-mixing* (Thonus, 1991:66); a primeira ocorrência justifica-se por si só, quando originadas de palavras cunhadas em países estrangeiros que não têm correspondência na língua de um determinado país, preferindo-se incorporá-la na sua forma original; é o caso por exemplo da palavra *topless*, que poderia nos dar algum trabalho para encontrar uma palavra em português para substituí-la; Schmitz² faz referência a um usuário que sugeriu a expressão *maminhas ao léu*, mas essa expressão não parece apresentar um futuro promissor; os empréstimos, às vezes, expressam aspectos mais específicos, ou genéricos, de uma realidade que desejamos representar, justificando o seu uso. O *code-mixing*, por sua vez, já apresenta a possibilidade de extraviamento lingüístico, ou afastamento prescritivo; no processo de uso de palavras estrangeiras (tanto quanto de estruturas, como no caso do uso do genitivo da língua inglesa) em nomes comerciais nem sempre se respeita as normas de utilização da língua em questão; nesse caso, aproximando para o contexto brasileiro, o produto lingüístico proveniente desse uso não corresponderia nem à língua materna, nem à estrangeira, e tampouco se caracterizaria

¹ O texto figura na revista *Veja* (edição 1646), de 26/04/00.

² John Robert Schmitz. Palavras estrangeiras e a língua portuguesa: invasão cultural ou desenvolvimento técnico-científico? sd, mimeo. Departamento de Lingüística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.



como um estágio de processo de interlíngua. Quanto aos empréstimos, Schmitz (1988:4) faz a seguinte consideração:

É bom lembrar que a língua portuguesa sempre foi acolhedora de palavras novas. A presença de palavras de origem estrangeira no português contemporâneo de nenhuma forma empobrece a língua; muito ao contrário, as palavras emprestadas de outras línguas contribuem para enriquecer a língua portuguesa.

O uso, todavia, de palavras como *delivery*, do inglês, ao invés da já existente *entrega à domicílio*, em português, revela a aura de prestígio que se atribui à língua estrangeira em detrimento do uso da materna, acreditando com ela distinguir-se do senso comum, conferindo-lhe status, e possivelmente despertando para o consumo. Palavras como essa, desnecessárias do ponto de vista funcional, utilizadas para fins comerciais, necessariamente não se configuram como empréstimos, por existir palavras e expressões em nossa língua que possam substituí-la, mas parecem se candidatar ao estado de um empréstimo, dado o seu uso deliberado. Não me qualifico como um nacionalista extremado, porém reflito acerca do processo de infiltração lento e processual de palavras em nossa língua, cuja motivação, todavia, nos interessa; não se pretende, como o fez o deputado federal Aldo Rebelo³, apresentar um projeto em defesa, promoção e proteção da língua portuguesa, classificando o uso de palavras estrangeiras no nosso país como uma invasão impertinente e insidiosa, chegando a estabelecer multas para o uso de palavras estrangeiras, mas avaliar as bases e as implicações socioculturais dessa prática em nosso meio.

Busnardo & Denise (1987:16), em seu artigo intitulado *Language and Power*, fazem um questionamento que considero extremamente relevante para o contexto de ensino de uma língua estrangeira no Brasil: “What justification is there for the teaching of foreign languages, and of English in particular, in a country with vast educational and native-language literacy problems?”. De fato, a pergunta faz-nos refletir sobre o papel que exercemos como professores de língua inglesa em relação a uma situação mais ampla, que política e socialmente nos chama a atenção, e que talvez diga respeito, conforme as autoras desenvolvem em seu trabalho, mais à sociologia ou à filosofia da educação do que ao ensino em si, se é que se pode dissociar impunemente ensino e implicações político-sociais, cujos ecos se fazem ressoar na mente de pessoas comprometidas, engajadas que estão em um projeto político-social mais amplo que a sala de aula. Severino (1996:147-57) já apontava a necessidade de se ter pesquisadores cujos projetos demonstrem relevância social, envolvidos por um projeto político-existencial em consonância com os anseios e expectativas da época em que estão inseridos. Novamente, compartilhemos do pensamento das autoras:

³ Aldo Rebelo. *Culta, bela e ultrajada*. Um projeto em defesa da Língua Portuguesa. Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações. Brasília, 1999.



This complex situation has led some of us to question the role of our profession within the Brazilian context. Are we indirectly contributing to a situation of dominance and dependence when we teach the English language? Or are we promoting development and independence by giving access to information in the fields of science, technology and the humanities?" (Busnardo & Denise, 1987:17-18)

Sob qual ótica devemos pensar tais questões, de modo que tenhamos um entendimento lúcido desse contexto? Busquemos respaldo em um trecho da obra de Gnerre (1991:22), que diz que "... a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder". Se pensarmos no ensino de língua, materna ou estrangeira, como uma forma de o homem se relacionar com outro homem, interagir com o mundo, com suas próprias idéias e sentimentos, conceberemos a importância dessa habilidade característica do ser humano na atividade de construção de sua identidade e, acima de tudo, de relações socio-culturais estáveis; a correlação entre *linguagem* e *poder* se mostra nítida na medida em que se considera a língua como um instrumento capaz de atribuir uma dimensão redentora à condição humana; "conhecereis a verdade e a verdade vos tornará livres", diz o evangelho de São João, e a esse respeito também acrescenta Bazarian (1994:22):

Conhecer a verdade significa mais pão, mais saúde, mais habitações, mais conforto, mais justiça e mais felicidade, e tudo mais. Conhecer a verdade é poder, é prever, é vencer, é ser livre, é ser independente, é ser desenvolvido. Quanto mais verdade conhecermos, mais poderosos e livres seremos.

Se adotarmos, portanto, esta perspectiva de reflexão acerca da linguagem, poderemos dar sentido às perguntas feitas no texto, demonstrando sua pertinência dentro do contexto em que se insere; sabendo-se que vivemos em uma sociedade capitalista onde tudo tem seu preço, e onde tudo se faz em nome do lucro, temos motivos suficientes para questionar se de fato a nossa própria língua está sendo ensinada de forma a permitir um olhar crítico e eficiente sobre a realidade, identificando as bases sobre as quais determinados discursos são construídos bem como a ideologia que lhes subjaz. Atentemos para a pertinente colocação de Konder (1981:34):

O mercado capitalista vive em permanente expansão, o capital tende a ocupar todos os espaços que possam lhe proporcionar lucros. E as leis do mercado vão dominando a sociedade inteira: todos os valores humanos autênticos vão sendo destruídos pelo dinheiro, tudo vira mercadoria, tudo pode ser comercializado, todas as coisas podem ser vendidas ou compradas por um determinado preço.



Sob esta perspectiva, é salutar que estejamos permanentemente conscientes de todas as ocorrências e variações dentro do nosso sistema, de modo que possamos diagnosticar quaisquer desvios que possam se caracterizar como perigosos para uma determinada realidade. Se no nosso meio encontrarmos professores que, à guisa de exemplo, ocasionalmente justificam a necessidade de aprendizado da língua inglesa referindo-se ao número significativo de palavras em inglês que normalmente encontramos à nossa volta (em camisetas, revistas, lojas, produtos, filmes etc) estaríamos: a) generalizando contatos, experiências e acessos sócio-político-culturais específicos de determinados grupos sociais (como que resultados de uma reflexão sofismática), intentando com isso que a sociedade como um todo assuma uma identidade social que mascare a identidade individual da diferença, fazendo-nos crer que esta diferença está trabalhada ou de alguma forma “compensada”; b) orientando uma formação de consumidores de produtos (cujas marcas e rótulos devêssemos compreender), ao invés de orientar para uma formação reflexiva acerca da língua como portadora de sentidos e funções que têm a capacidade de fazer abstrair de contextos orientados de manipulação.

Note-se que não me manifesto contrário ao ensino da língua inglesa, mas favorável a um amadurecimento das reflexões que normalmente se faz a seu respeito, visto que parece não haver uma visão clara dos objetivos do seu ensino, o que, embora possa parecer irrelevante, desemboca na formação de um imaginário coletivo com repercussões profundas na concepção que se desenvolve dessa língua e dessa cultura, com as quais lidaremos por muito tempo, sendo de difícil dissolução, e para as quais nem sempre atentamos. Embora já encontremos muitos produtos importados com uma versão em português em seus manuais adaptada para o nosso público, reina ainda no imaginário coletivo uma identificação com a cultura estrangeira, acreditando ter a capacidade mágica de influenciar as pessoas, o seu estilo de vida e, também, o seu hábito de consumo. A preocupação com o uso de palavras estrangeiras em nomes comerciais brasileiros não teria razão de ser, se ocasionalmente não se esbarrasse com discursos internalizados que, dentre alguns argumentos, tentam justificar o ensino da língua pela enxurrada de palavras que dela encontramos ao nosso redor. Uma orientação dessa natureza coloca todas as pessoas em nível igual de condições de acesso e consumo.

A língua não deixa de ser, ou de refletir, a identidade de um país, e creio que todos nós devemos ter o direito de aprender uma ou até mais línguas estrangeiras, desde que o seu ensino esteja respaldado por orientações isentas, e ainda, que sejam observadas realidades distintas de cada grupo e contexto. Celani (1976) observa que um dos fatores decisivos na expansão de uma língua dominante são os veículos de informação por ela controlados, dos quais ela cita a imprensa, a rádio difusão, a televisão e o cinema. Se historicamente os impérios se formaram a partir do domínio territorial, militar e tributário sobre outros povos, como o relata a mesma reportagem citada no início deste trabalho, os Estados Unidos por sua vez não poderiam ser classificados como um império; renunciaram à guerra de conquista e à expansão territorial, decidindo-se lançar em uma outra batalha: a da conquista econômica. Não podemos deixar de entender o número significativo de palavras inglesas presentes no cotidiano de milhares de brasileiros como um dos reflexos dessa conquista; e faz-se necessário que orientemos devidamente o processo de ensino e aprendizagem da língua



inglesa sob essa perspectiva, a fim de que evitemos atrelações escusas e contribuições inconscientes com um processo não menos escuso; é óbvio que há grupos que defendem incessantemente determinadas idéias relativas ao ensino de língua inglesa ou de línguas específicas, acreditando ser essa natureza de preocupação impertinente. Pennycook (1989) todavia nos alerta da existência de um “*interested knowledge*” (conhecimento interessado), que orienta oportunamente a ostentação de determinados argumentos em função da manutenção de interesses que dizem respeito diretamente a esses grupos. Não se idealiza aprender uma língua estrangeira por uma justificativa que pareça não ser genuína, nem digna de nos fazer aprendê-la, se as bases sobre as quais se apoia não parecem estar isentas de uma atrelação ideológica, duvidosa, ou simplesmente se tratam de bases não devidamente esclarecidas. Recorde-se em tempo os Parâmetros Curriculares Nacionais, cujas diretrizes devem servir como ponto de partida para discussões amplas de aspectos relacionados à nossa cultura e o ensino de uma língua estrangeira no contexto brasileiro, observando-se as mais variadas idiossincrasias sociais. Preconiza-se um ensino freiriano da linguagem, que possa conferir liberdade de reflexão ao indivíduo, bem como de acesso a outras formas de pensar e conceber o mundo, que transcenda os muros de acesso do universo limitado a que continuam confinados número significativo de alunos, mesmo dentro de nossa própria língua, se considerarmos a limitação de acesso ao conteúdo de mensagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa mesmo na língua materna, proveniente de um conhecimento falho.

RESUMO: Considerando o espaço considerável que a língua inglesa ocupa no espaço social brasileiro, principalmente em nomes comerciais, estendendo-se para o léxico da língua portuguesa, este trabalho pretende discutir as motivações e implicações sociopolíticas não somente na língua portuguesa, mas também na sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: *língua; inclusão; empréstimos lingüísticos; mistura de códigos; implicações sociopolíticas.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAZARIAN, Jacob. *O problema da verdade*. Teoria do conhecimento. São Paulo, Alfa-Omega: 1994.
- BUSNARDO, Joanne & BRAGA, Denise. Language and power – on the necessity of rethinking English language pedagogy in Brazil. IN: SAVIGNON, S.J. & BERNS, M.S. *Initiatives in communicative language teaching II – A book of readings*. Massachusetts, Addison-Wesley Publishing Co.: 1987
- CANAGARAJAH, A. Suresh. On EFL teachers, awareness, and agency. IN: *ELT Journal*. 53/3: July 1999, 207-213.
- CELANI, Maria Antonieta Alba. Comentários sobre um aspecto de contacto lingüístico e possíveis aplicações ao ensino de línguas. IN: *Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. Brasília, 1976.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo, Martins Fontes: 1991.
- KACHRU, Braj B. World Englishes: Agony and Estasy. IN: *Journal of Aesthetic Education*. Vol. 30, N.º 2, Summer 1996, 135-155.



- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo, Brasiliense: 1981.
- OWUSU-ANSAH, L. K. Is it or is it not interlanguage? A head-on confrontation with non-native english. IN: *Edinburgh working papers in applied linguistics*. Number 2 (1991), 51-61.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- PENNYCOOK, Alastair. The concept of method, interested knowledge, and the politics of language teaching. IN: *TESOL QUARTERLY*. Vol. 23, N.º 4, December 1989, 589-618.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Of EFL teachers, conscience, and cowardice. IN: *ELT Journal*. 53/3: July 1999, 200-206.
- SCHMITZ, John Robert. A língua portuguesa e os estrangeirismos. IN: *Leitura*. São Paulo, 07 (79) dezembro de 1988.
- _____. Língua pasteurizada. IN: *Folha de São Paulo*, Ano 79, n.º 25.845, 06 dezembro de 2000.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Cortez: 1996.
- THONUS, Terese. Englishization of business names in Brazil. IN: *World Englishes*. Vol. 10, N.º 1, pp. 65-74.